

OS INTELLECTUAIS E A LIGA DE DEFESA NACIONAL: ENTRE A EUGENIA E O SANITARISMO? (RJ, 1916-1933)¹

Magali Gouveia Engel.
Prof^a Adjunta da FFFP/UERJ.

RESUMO:

Em 7 de setembro de 1916, um grupo de intelectuais fundaram, na capital republicana, a Liga de Defesa Nacional. Tratava-se de uma iniciativa onde se evidenciavam, de um lado, os novos enfoques da questão nacional emergentes, a partir das ideias difundidas pelo movimento sanitaria e, de outro, a presença de referenciais eugênicos presentes no ideal de corpos militarizados e, portanto, física e mentalmente saudáveis. Pretendo, portanto, investigar os fundamentos que alicerçaram a articulação entre dois enfoques, a princípio antagônicos, expressa nos diagnósticos e prognósticos para o Brasil formulados e/ou difundidos por nomes expressivos da intelectualidade da época, com ênfase nas concepções defendidas pelo escritor Coelho Netto e pelo médico Miguel Couto – ambos integrantes da referida instituição.

Palavras chave: *Intelectuais, sanitarismo, eugenia.*

ABSTRACT

On September 7, 1916, a group of intellectuals founded the League of National Defense in the Brazilian capital. It was an initiative where both new approaches to emerging national questions arisen from the ideas disseminated by the sanitary movement were brought up, as well as the presence of eugenic references in the ideal of militarized forces, in order to create physical and mental Elath awareness. Therefore, I intend to investigate the principles that structured the seemingly antagonistic articulation between two perspectives, expressed in the diagnostics and prognosis for Brazil, formulated and / or disseminated by intellectual representatives of the time period, with emphasis on the concepts defended by the writer Coelho Netto, and the Doctor Miguel Couto - both members of the LDN.

Keywords: *Intellectuals, sanitary movement, eugenics.*

A partir de meados dos anos 1910, os debates que envolviam as diversas possibilidades de interpretação da realidade brasileira passaram a articular, cada vez mais profundamente, a questão educacional com os problemas de saúde pública.² Tais itens já ocupavam lugar de destaque na agenda dos debates intelectuais da chamada “geração de 1870”, sobretudo, o que concernia às demandas e às expectativas em relação à disseminação da instrução pública, presentes não apenas nos diversos projetos abolicionistas e republicanos, mas também nas propostas liberais que defendiam reformas substanciais no regime monárquico. Ao longo das três primeiras décadas republicanas, o campo científico, voltado para os problemas higiênicos e sanitários da população, adquiria crescente projeção e legitimidade, através, sobretudo, da intensa atuação do Instituto Oswaldo Cruz, criado em 1907. Fato fundamental para que as pressões em

torno da necessidade de que os governos instituíssem políticas no âmbito da saúde pública se intensificassem e adquirissem crescente legitimidade científica.

O enfrentamento de problemáticas relacionadas à saúde e à educação dos brasileiros passou a ser norteado pelas teses sanitaristas, professadas por médicos, psiquiatras, educadores, literatos, engenheiros, políticos, entre outros que, então, se empenhavam em compreender e transformar o país. Na mesma época, as proposições da ciência eugênica passaram a inspirar e fundamentar os diagnósticos e os prognósticos para o Brasil, elaborados e difundidos por grande parte da intelectualidade. Os objetivos desse artigo se orientam no sentido de investigar o modo como certos referenciais eugênicos foram apropriados e articulados a princípios sanitaristas, nas idéias veiculadas pela campanha em defesa do serviço militar obrigatório e da luta contra o analfabetismo, promovidas pela Liga de Defesa Nacional, a partir de 1916. O alvo privilegiado da análise aqui proposta são as concepções de defendidas por Miguel Couto (1864-1934) e por Coelho Netto (1864-1934), importantes componentes daquela instituição, em alguns de seus escritos – tais como, crônicas, artigos científicos e discursos.

Conforme salientou Michel Foucault,³ é fundamental atentarmos para o fato de que cada texto é produzido a partir da sua inserção em um determinado campo discursivo, onde dialoga com outros textos. Assim, na busca dos possíveis significados dos discursos produzidos pelos referidos intelectuais, é preciso considerar, não apenas sua condição social e sua formação, mas também os debates dos quais então participavam. Suas vozes revelam um caráter coletivo, cujo tom é dado pelo diálogo em torno de questões partilhadas por um conjunto de interlocutores. Pretendo, pois, contribuir para as reflexões sobre as especificidades das ressignificações dos princípios e das teses eugênicas no pensamento social brasileiro, buscando problematizar dicotomias simplificadoras – tais como, raça *versus* cultura; eugenia *versus* sanitarismo – que obscurecem a diversidade, a originalidade, enfim, a complexidade das interpretações da realidade do país, propostos por intelectuais brasileiros nas primeiras décadas republicanas.⁴

1. A Liga de Defesa Nacional:

Em 7 de setembro de 1916 era fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a Liga de Defesa Nacional por um grupo de juristas, médicos, escritores, militares e empresários, entre os quais figuravam, por exemplo, Pedro Lessa, Miguel Calmon, Raul Pederneiras, Afonso Celso, Coelho Netto, Miguel Couto, Félix Pacheco, o general Caetano de Faria, o Almirante Júlio César de

Noronha, Cândido Gaffrée e Guilherme Guinle . A medida resultou da campanha liderada pelo famoso cronista e poeta Olavo Bilac (1865-1918) que, desde o ano anterior, passou a percorrer várias partes do país, proferindo conferências em defesa do serviço militar obrigatório ⁵ e da luta contra o analfabetismo, principais responsáveis, segundo o próprio literato, pela “gravidade de nossa situação moral”. ⁶

1.1. Militarização dos corpos e nacionalismo:

Criada no contexto marcado pelas repercussões da Primeira Guerra Mundial, que possibilitaram a disseminação de um clima favorável à implantação do serviço militar obrigatório, a LDN defendia o apoio brasileiro aos Aliados e a idéia do “cidadão-soldado”.⁷ Seus ideais eram divulgados através de vários tipos de publicações (entre os quais, panfletos e livros) e discursos realizados por todo o país. Olavo Bilac teve uma atuação bastante expressiva neste sentido, e em suas palestras conclamava os intelectuais para que se engajassem na causa nacionalista, devendo ser eles responsáveis pela defesa da pátria e pela modernização das estruturas sociais. A ampla campanha concretizada pela Liga acabou por atingir a população das principais cidades brasileiras, especialmente, os estudantes, a quem muitos discursos de Bilac eram diretamente dirigidos. Houve também reações contrárias à defesa do serviço militar obrigatório, entre as quais se destacaram as manifestações anarquistas. ⁸

De acordo com os Estatutos da LDN, aprovados em 23 de setembro de 1916, os objetivos centrais no sentido de “soerguer, numa campanha nacionalista, as forças vivas e a energia moral da nação” e de “fortalecer o caráter nacional, imprimindo aos brasileiros confiança em seu próprio valor”, deveriam ser alcançados através de medidas que viabilizassem a criação de corpos militarizados, física e mentalmente saudáveis, entre as quais destaca-se, por exemplo:

... fundar e sustentar associações de escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos; apoiar ... a execução das leis de preparo e organização militar; aconselhar e facilitar a instrução militar em colégios, escolas, faculdades, academias, externatos, internatos, seminários, orfanatos, institutos de assistência pública e particular, associações de comércio, indústria, beneficência, esportes e diversões...

Os alvos prioritários de tais medidas eram, portanto, as crianças e os jovens brasileiros, que tendo seus corpos disciplinarizados de acordo com os padrões militares, seriam transformados em “cidadãos-soldados”, base da identidade nacional de um novo Brasil, capaz de trilhar os caminhos do *progresso* e da *civilização* de acordo com os padrões ocidentais burgueses.

Por outro lado, o programa de ação da LDN também se encontrava voltado para a difusão e a consolidação do nacionalismo e do sentimento patriótico entre os brasileiros “de todas as classes”. Neste sentido, podemos destacar como alvos prioritários da referida instituição: manter em todo o país a idéia da coesão e da integridade nacional; difundir, nas escolas primárias, profissionais, secundárias, superiores, civis, militares e religiosas, assim como em todos os lares, oficinas, corporações e associações, a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo; estimular e avivar o estudo e o amor da História do Brasil e das nossas tradições; publicar e distribuir gratuitamente um catecismo cívico e livros de educação patriótica, destinados a crianças e adolescentes (Estatuto de LDN, 23/09/1916). No que se refere a esse aspecto é possível perceber que não se tratava apenas de criar corpos disciplinarizados e saudáveis por meio de treinamento militar, mas também de formar corações e mentes, através da educação cívica. Mas para a constituição de cidadãos brasileiros capazes de fazer do Brasil uma nação *moderna e civilizada*, colocando-o nos trilhos do progresso capitalista, tornava-se ainda imprescindível instruir a população do país, resgatando a maior parte de seus segmentos do *obscurantismo* e da *ignorância*, através da luta contra o analfabetismo.

1.2. O combate ao analfabetismo:

No contexto de fundação da Liga de Defesa Nacional destacava-se a disseminação de intensa campanha promovida pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, criada um ano antes, em 7 de setembro de 1915.⁹ A questão da educação constituía-se ponto central da pauta dos intelectuais que, a partir dos anos 1870 e, sobretudo, 1880 se dispuseram a refletir sobre a realidade brasileira, buscando apontar os caminhos de (re) construção da nação em meio às profundas transformações que colocavam a abolição da escravidão e a mudança do regime político em horizontes cada vez mais próximos.

Mesmo entre os intelectuais que defendiam referenciais do determinismo biológico, encontramos alguns exemplos – tais como, Sílvio Romero (1851-1914) – que “viam no cruzamento racial e na educação, se bem que por vezes até de forma conflitiva e incoerente, uma possível solução para os males do Brasil – quer dizer, uma das poucas saídas possíveis para o triunfo e regeneração da etnicidade branca do País”.¹⁰ Por outro lado, embora se valendo dos referenciais deterministas, amplamente difundidos na época, Euclides da Cunha (1886-1909) e Manoel Bomfim (1868-1932), confeririam pesos fundamentais e decisivos à educação nos

diferentes projetos de “regeneração nacional” que propuseram, muito antes do advento do clima do “entusiasmo pela educação”¹¹ e da consolidação das teses do movimento sanitarista na segunda metade da década de 1910.

Em sua obra prima, *Os Sertões*, publicada em 1902, o primeiro acabaria por redimir o sertanejo, afirmando ser ele “um retrógrado”, mas não “um degenerado”.¹² Fruto, sobretudo, da longa interação entre o europeu e o indígena, e isolado em um meio rústico, teria se desenvolvido como um tipo homogêneo e forte, plenamente capaz de “evoluir” em direção à “vida civilizada”. Assim, na concepção euclidiana os males advindos da mestiçagem, vistos como manifestações de primitivismo, mas não de degeneração, eram passíveis de superação através da educação.

Em uma de suas obras mais importantes e de maior repercussão, intitulada *América Latina: males de origem*, publicada em 1905, Manoel Bomfim atribuiu ao que chamou de “regime de parasitismo”, imposto pela colonização, “os males de origem” da América Latina e conferiu um papel decisivo à educação popular na regeneração social. Contaminando tanto os segmentos dominantes – que, por dependerem exclusivamente dos organismos explorados para a sua sobrevivência, acabavam “entrando em processo de estagnação e até mesmo de involução” – quanto os grupos dominados – enfraquecidos pela “violência da exploração” e pela precariedade das condições de vida a que estavam submetidos –, o “parasitismo social” não era, contudo, “reduzível ao parasitismo biológico”¹³, podendo assim ser “curado”. Através da instrução popular, “os elementos até então parasitados poderiam tomar consciência de sua própria condição e a partir daí reunir forças para dar sustentação ao processo de renovação necessário para o fim do parasitismo”.¹⁴

A concepção segundo a qual a educação e a saúde seriam as vias mais importantes para a “redenção” do povo brasileiro e para a “salvação” da nação, seria retomada e ganharia maior amplitude no âmbito do movimento sanitarista, desencadeado a partir das expedições científicas, promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz, sobretudo entre os anos de 1911 e 1913. Através de leituras *científicas* da *verdadeira* realidade brasileira, os médicos sanitaristas contribuíram para a difusão e a legitimação do questionamento dos diagnósticos que condenavam o futuro do Brasil em função das heranças *degenerativas* da miscigenação racial, já há muito disseminado no campo intelectual brasileiro. Imagem paradigmática da consolidação dessa perspectiva é o *Jeca Tatu reabilitado* que, de “parasita da terra”, “homem baldio”, “inadaptável à civilização” e sem

possibilidade de salvação, passou a ser diagnosticado pelas lentes do microscópio como “doente” e “ancilostomado”, cuja redenção dependia de uma única e simples medida: sanear.¹⁵

Por outro lado, é preciso relativizar a afirmação segundo a qual, “condenado pela raça”, de acordo com as teorias da degeneração e do racismo científico, o povo brasileiro teria sido “absolvido pelo sanitarismo”, conforme defendem Lima e Hochman,¹⁶ já que a questão racial não seria abolida das concepções e práticas sanitaristas sem ambiguidades e contradições. Conforme assinalou Liane Bertucci-Martins, a tese do branqueamento permeou as propostas de reabilitação do sertanejo, formuladas por Arthur Neiva e Belisário Penna, ao afirmarem, por exemplo, que no sul de Goiás, “o elemento branco já predomina e os habitantes são mais vigorosos”.¹⁷ Nesse sentido, vale destacar que segundo Helena Bomeny, Penna “insistia na tese de que o saneamento era a ‘base incontestável do vigor físico, da melhoria da raça, da produção, da alegria, da riqueza e do progresso’”.¹⁸

Um aspecto que confere especificidade aos intensos debates em torno da chamada questão nacional emergentes em meio ao movimento sanitarista é que esses geraram campanhas que se desdobraram em ações efetivas de intervenção sobre a realidade, e ocuparam um espaço profundamente significativo na imprensa, publicizando os diálogos entre diferentes segmentos da intelectualidade para além dos muros das academias e dos congressos acadêmicos. A famosa frase pronunciada, em 1916, pelo médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Miguel Pereira – “o Brasil é um imenso hospital” – passou a ser o lema da campanha pelo saneamento dos sertões brasileiros.

Além disso, como vimos, a divulgação dos resultados da expedição científica de Penna-Neiva, através de uma série de artigos assinados por Belisário Penna, publicados no jornal carioca *Correio da Manhã*, entre novembro de 1916 e janeiro de 1917,¹⁹ teve também grande repercussão. A ideia de que o sertanejo não era indolente ou preguiçoso, mas sim doente, passou a ser veiculada na grande imprensa como *verdade* comprovada por cientistas que, como Penna, possuíam a “autoridade de médico, de higienista e de conhecedor dos sertões”.²⁰ Tal repercussão foi decisiva para o desencadeamento de uma ampla campanha que acabaria resultando na criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 11 de fevereiro de 1918 e, dois anos mais tarde, do Departamento Nacional de Saúde Pública, instituição de caráter nacional, cujo surgimento representou o advento de mudanças significativas na ação estatal, no âmbito da saúde coletiva, no sentido da ampliação da intervenção das autoridades públicas sobre as questões sanitárias.²¹

Dentro desse contexto podemos compreender porque os objetivos da Liga de Defesa Nacional não se orientavam exclusivamente no sentido de promover a militarização dos corpos e de disseminar o nacionalismo e o patriotismo entre os brasileiros. No discurso pronunciado na sessão cívica do Diretório da LDN, em 15 de novembro de 1917, Bilac salientava que o programa deste “centro de propaganda”, voltava-se não apenas para as “necessidades do presente”, mas também “para as futuras”, à medida que objetivava contribuir para fazer do Brasil uma “Pátria completa”. Como? “Dando a ele novas gerações de homens fortes e conscientes, concedendo estas duas necessidades básicas da defesa: o trabalho e a instrução. Sem o pão e o livro, sem a riqueza e o ensino, não pode haver saúde, alegria, dignidade, alma”.²²

Perspectiva bastante próxima foi defendida pelo deputado federal e jurista Félix Pacheco (1879-1935), membro fundador da LDN, no discurso pronunciado por ocasião da solenidade à bandeira realizada no Tiro da Imprensa:

O nosso homem do interior, fisicamente depauperado e, além do mais, sem ensino de nenhuma espécie, refará a sua saúde na passagem pelo quartel, que lhe há de ministrar também, com educação corporal conveniente, as primeiras letras, tão necessárias à vida dos que não nasceram brutos ou irracionais. Saneamento, instrução e serviço militar constituem problemas conexos, mais fáceis de solver reunidos do que separados.²³

De fato, entre as metas apontadas nos Estatutos da referida Liga, destacavam-se a de “propagar a educação popular e profissional”, bem como a de “combater o analfabetismo, o alcoolismo, a vagabundagem e a dissolução dos costumes” (Estatuto de LDN, 23/09/1916). Lutas que se situavam nas múltiplas e complexas interseções e tensões entre diversas teorias científicas, amplamente difundidas, apropriadas e recriadas no campo intelectual brasileiro da época.

Nos diagnósticos e nos prognósticos da realidade do país então elaborados, princípios e concepções eugênicas, sanitaristas, culturalistas, racistas, deterministas, entre outras, se confrontavam e se mesclavam em formulações originais. Se a campanha pela alfabetização da população brasileira encontrava-se referida claramente à crença na possibilidade de regeneração da nação via educação, a luta contra o “alcoolismo, a vagabundagem e a dissolução dos costumes” situava-se, muitas vezes, nas fronteiras entre distintos referências que oscilavam em atribuir tais “males” a elementos biológicos raciais, a degenerescências hereditárias, ao meio físico e geográfico ou ao meio social.

2. Os intelectuais e as ligas: diálogos, divergências e convergências entre os projetos de (re) construção do Brasil

2.1. Entre a eugenia e o sanitarianismo?

Constituiu-se missão prioritária, expressa no programa da Liga de Defesa Nacional, concluir a obra de “construir o Brasil como Pátria completa”, resgatando, através do trabalho e da instrução os “milhões de homens que pelos sertões estão abandonados à pobreza e ao analfabetismo”. Assim, segundo Bilac, o que então se tornava necessário, “... nos campos, nas indústrias, nos quartéis, ... é a serenidade do trabalho, corpos bem adestrados e almas bem temperadas, alimento e caráter, nutrição física para as populações e nutrição moral para a honra do Brasil”.²⁴

Mergulhada na pobreza, na fome, na doença e na ignorância, como a maior parte da população brasileira poderia se transformar em cidadãos patriotas e conscientes, capazes de assegurar a defesa nacional? Questão fundamental contemplada no diagnóstico de Miguel Pereira que, além de desencadear a campanha pelo saneamento do país, apontou os riscos que esse correria no caso da deflagração de uma guerra, já que a sua defesa estaria em mãos de um exército composto pelas populações sertanejas doentes e subnutridas.²⁵

Expressas nas pautas de outras organizações da sociedade civil²⁶ similares, tais inquietações eram partilhadas por muitos intelectuais brasileiros como, por exemplo, Belisário Penna para quem o Brasil era “um país de analfabetos e doentes”, constatação que o levava a questionar: “que futuro estará reservado a um povo doente e analfabeto ...?”²⁷ Problema vital que ocupava lugar de destaque no programa da Liga Pró Saneamento do Brasil, cujos objetivos orientavam-se no sentido de promover a “propaganda oral, escrita e gratuita, a favor do saneamento do Brasil”²⁸, denunciando a grave situação de saúde das populações rurais.

Na sessão de instalação da referida Liga, realizada em 11 de fevereiro de 1918, não por acaso na Sociedade Nacional de Agricultura²⁹, Belisário Penna proferiu um discurso onde vinculou as ideias que presidiam a fundação da instituição, de um lado, ao “sonho de um Brasil livre dos males que depauperam e aniquilam tantos de seus filhos”, acalentado pelo grande mestre Oswaldo Cruz durante toda a sua vida e, de outro, ao diagnóstico do país como um “imenso hospital” realizado por Miguel Pereira.

Plínio Cavalcanti, que secretariava a mesa do evento juntamente com Juliano Moreira, também foi “muito aplaudido” ao fazer “... um discurso entusiástico, pregando o *alevantamento* [sic] *da raça* e comparando a luta pelo saneamento do Brasil à campanha da abolição de 88”,

defendendo “com fervor a *abolição dos papudos e dos idiotas ...*, e dizendo que precisamos ser uma *raça sadia e linda, que só se ama o que é belo ...*”.³⁰ Não há dúvida sobre a presença de ideais eugênicos³¹ nas concepções do orador. Ideais amplamente disseminados no Brasil a partir de fins da década de 1910. Marco importante nesse sentido foi a fundação, em 1917, da Sociedade Eugênica de São Paulo – a primeira do gênero na América do Sul – pelo médico paulista Renato Kehl, para quem os objetivos da eugenia, concebida como a “ciência do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana”, orientavam-se no sentido de estudar “os meios pelos quais se evita o abastardamento das raças, determinando as vias pelas quais se perpetua a geração de indivíduos sãos, robustos e belos...”.³²

Como apontaram Lilian Schwarcz e Nancy Stepan,³³ o pensamento eugênico brasileiro das primeiras décadas do século XX, foi marcado por leituras específicas e originais das teorias relativas à hereditariedade. Nesse sentido, uma das contribuições mais importantes do estudo desenvolvido por Stepan foi a de revelar a presença de duas grandes orientações científicas no movimento eugênico no Brasil. Uma delas, representada por Renato Kehl, entre outros cientistas contemporâneos, era inspirada nos princípios neolamarckistas que admitiam a influência das circunstâncias sociais e do meio ambiente na constituição dos genes da descendência, afirmando a possibilidade de regeneração da sociedade, através do aprimoramento da raça. A outra, fundada nas concepções defendidas por Mendel, que não admitia a possibilidade de transformação do material genético por ação do meio, foi adotada por estudiosos como Octávio Domingues, professor da Escola Superior de Agronomia, e por Luiz de Queiroz. Vale destacar que, conforme assinalou Stepan, embora ambos compartilhassem a mesma definição de eugenia, divergiam em relação à questão da miscigenação. Enquanto o primeiro considerava a mistura racial como fator de degeneração da espécie humana, o segundo acreditava que a miscigenação cumpriria um papel positivo ao viabilizar o *clareamento* da raça negra.

As próprias considerações da autora nos levam a questionar, de um lado, a existência de uma certa homogeneidade que teria marcado as apropriações das teses eugênicas pela intelectualidade brasileira, a partir de meados da década de 1910, imprimindo-lhes um cunho “mais suave” ou “otimista”, distinguindo-se, pois do caráter “duro” característico de suas versões anglo-saxônicas. E, de outro, a precisão e a rigidez da dicotomia que teria cindido o movimento eugênico brasileiro, a partir do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia – realizado na capital republicana, em 1929 –, entre os que se mantiveram fiéis à vertente “leve” –, admitindo a

possibilidade de melhoria genética da população, através da saúde, da higiene e da educação –, e os que passaram a adotar uma postura mais rígida – acreditando que somente através da restrição do acervo genético seria possível alcançar o aprimoramento das raças.³⁴

Mais adequado seria pensarmos a pluralidade e a complexidade das recriações e ressignificações das ideias eugênicas produzidas e difundidas por cientistas, educadores, literatos, políticos, enfim pelos diversos segmentos intelectuais brasileiros. Vale notar, neste sentido, que, trazendo para o debate eugênico a tese de que “o meio social poderia modificar a natureza biológica dos humanos”, o chamado neolamarckismo conferia à ação do ambiente tanto efeitos positivos, quanto negativos, justificando-se, pois, “algum tipo de controle direto na reprodução humana”.³⁵ Por outro lado, o antropólogo Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional e membro da Liga Pró-Saneamento do Brasil, era adepto das teorias de Mendel, embora postulasse “o valor positivo da miscigenação”,³⁶ conforme revelou ao declarar no I Congresso Brasileiro de Eugenia, que a existência de um número expressivo de “indivíduos somaticamente deficientes” no Brasil devia-se a causas patológicas e não a questões raciais.

Entre lamarckistas, neolamarckistas e mendelianos formularam-se muitas interpretações das teorias eugênicas que, numa rede complexa de tensões e interseções, lançaram mão de diversas ferramentas conceituais então disponíveis, cujos sentidos, em suas próprias formulações originais, encontravam-se permeados de contradições e ambiguidades. Como observou com muita propriedade Luzia Castañeda,

Não é recomendável tentar cristalizar as orientações teóricas que se apresentavam naquele momento, vários termos e conceitos ferviam no mesmo caldo: desde partículas hereditárias até genes; variações contínuas e descontínuas, seleção natural, artificial, geminal e influência do meio ambiente.³⁷

Assim, é possível compreendermos a significativa proximidade entre a Liga de Defesa Nacional, a Liga Pró-Saneamento do Brasil e a Liga Brasileira de Higiene Mental. Fundada em janeiro de 1923, por iniciativa do médico psiquiatra Gustavo Riedel, a LBHM defendia estratégias profiláticas inspiradas nos princípios da eugenia, tendo representado, segundo Reis, “o ápice da penetração, no domínio da ação psiquiátrica, dos ideais de eugenia e do saneamento preventivo da população, nos termos renovados de um movimento pró-higiene mental”.³⁸ Reconhecida como de utilidade pública pelo decreto n. 4778 de dezembro de 1923, a entidade reunia não apenas os grandes nomes da psiquiatria da época, mas também médicos, educadores,

juristas e, como as demais agências do mesmo gênero, empresários e políticos, muitos dos quais integravam também o quadro da Liga Pró Saneamento – por exemplo, Juliano Moreira, Renato Kehl, Antonio Austregésilo, Afrânio Peixoto, Maurício de Lacerda e J. P. Fontenelle.³⁹ O intercâmbio de ideias, projetos e ações voltadas para a compreensão e a intervenção sobre a realidade nacional marcou profundamente a atuação das inúmeras ligas, criadas a partir de meados da década de 1910, em meio à disseminação e ao aprofundamento dos debates intelectuais voltados para a (re) construção da nação, colocando em xeque a afirmação de uma rígida separação entre sanitaristas e eugenistas, por exemplo. Um dos alvos dos combates propostos pela Liga de Defesa Nacional era, como vimos, o alcoolismo, que também se constituía uma das bandeiras da luta encaminhada pela Liga Brasileira de Higiene Mental.

Parece-me possível afirmar que as ligas brasileiras daquele período eram espaços de atuação de intelectuais orgânicos⁴⁰ que formularam diagnósticos e prognósticos para o Brasil, a fim de construir e consolidar a hegemonia das diferentes frações da classe dominante que representavam, havendo, portanto, não apenas convergências e alianças, mas também profundos embates e disputas entre os projetos de futuro para o país que propunham.⁴¹ Lançando mão dos instrumentos teóricos produzidos no âmbito de diversas correntes científicas, recriando-os a partir das leituras que propunham da realidade brasileira, e defendendo projetos políticos distintos, esses intelectuais atuavam nas mais variadas instâncias da sociedade civil – imprensa, faculdades, museus, academias, institutos, ligas, etc. –, chegando, muitos deles a ocuparem cargos públicos, sobretudo nas esferas da saúde e da educação, a maioria dos quais de segundo escalão –, onde conseguiam viabilizar algumas de suas idéias. Vejamos brevemente a trajetória de dois membros fundadores da LDN para que possamos melhor compreender a complexidade das concepções e práticas veiculadas no campo intelectual brasileiro, marcado, naquele período, pela dinâmica complexa de embates e alianças entre as mais variadas perspectivas que apontavam diversos caminhos para a construção do Brasil como nação burguesa *moderna e civilizada*, objetivo que, mesmo no âmbito das expectativas dominantes, possuíam significados distintos.

2.2. Educação, saúde e eugenia nos discursos de Miguel Couto e Coelho Netto:

Nascidos em meados da década de 1860, Henrique Maximiliano Coelho Netto e Miguel de Oliveira Couto⁴² possuem muitos pontos em comum nas suas trajetórias intelectuais. Ambos estudaram em escolas tradicionais da cidade do Rio – o primeiro no tradicional Colégio Pedro II

e o segundo no Colégio Briggs – e frequentaram a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Coelho Netto não concluiu o curso de medicina, nem o de direito,⁴³ optando por ingressar na carreira jornalística, em 1885, quando passou a atuar no jornal *Gazeta da Tarde* do abolicionista José do Patrocínio. Em termos profissionais suas atividades se concentraram no jornalismo, na literatura e no magistério. Miguel Couto doutorou-se em 1885, mas já atuava como assistente da cadeira de Clínica Médica desde 1883. Tornou-se lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por concurso, em 1898.

No âmbito político, Coelho Netto exerceu cargos na esfera do executivo como secretário do governo do Estado do Rio de Janeiro (1890) e diretor dos Negócios do Estado, da Justiça e Legislação do Rio de Janeiro e foi, ainda, deputado federal pelo Maranhão (1909-1918). Miguel Couto foi deputado federal na Constituinte de 1933 pelo Estado do Rio de Janeiro. Inseridos em redes de sociabilidade que lhes conferiram prestígio e respeitabilidade, construíram carreiras de sucesso, tornando-se intelectuais de grande projeção nos meios acadêmicos e políticos. Membro titular da Academia Nacional de Medicina, a partir de 1896, Miguel Couto foi eleito seu presidente em 1914, cargo que ocupou até 1923, através de várias reeleições, tendo sido aclamado Presidente Perpétuo da instituição em 11 de julho de 1929. Foi também agraciado com o título de Presidente Honorário da Associação Brasileira de Educação em 1927. Poucos meses depois de participar, juntamente com Coelho Netto, da criação da Liga de Defesa Nacional, ingressou, em dezembro de 1916, na Academia Brasileira de Letras da qual o literato havia sido membro fundador.⁴⁴

Autor de mais de cem títulos publicados, Coelho Netto foi um dos escritores mais lidos da época em que viveu. Escreveu romances e contos,⁴⁵ tendo tido também intensa participação em diversas revistas e jornais que circularam na capital republicana e em outras cidades brasileiras, onde se destacou como cronista.⁴⁶ Vale ressaltar ainda, que o autor também se dedicou à confecção de livros de leitura e de peças teatrais dedicadas às crianças e aos jovens, voltados para a sua formação enquanto cidadãos patriotas.⁴⁷ Privilegio aqui algumas de suas crônicas, onde foram tratados temas relacionados, direta ou indiretamente, à educação e à eugenia, publicadas entre 1919 e 1928.

Mais reduzida, a produção bibliográfica de Miguel Couto foi bastante marcada pela abordagem das questões relativas à construção de um Brasil *moderno* e *civilizado*, a partir de concepções do sanitarismo e da eugenia. A conferência, intitulada “No Brasil só há um problema

nacional: a educação do povo”,⁴⁸ proferida na Associação Brasileira de Educação, em 2 de julho de 1927, teve grande repercussão, sendo, até hoje, um de seus textos mais importantes e conhecidos. Nessa ocasião apresentou um projeto sobre educação, amplamente disseminado nas escolas normais e nos institutos profissionais da cidade do Rio, onde sugeria a criação do Ministério da Educação, composto por dois departamentos, o do ensino e o da higiene. Como vimos, a partir de meados da década de 1910, a articulação entre a questão educacional e os problemas de saúde pública adquiria centralidade cada vez maior nas discussões em torno da (re) construção do Brasil, onde se misturavam, sob as mais variadas formas, diferentes matrizes científicas. Bastante afinado com tais perspectivas, Miguel Couto propôs também a criação de um Ministério de Saúde Pública.

Tendo como referência certos princípios do darwinismo social, o médico alertava para o fato de que no processo evolutivo da humanidade somente “os fortes e capazes serão contados”. Assim, “os incalculáveis tesouros que a natureza enterrou no nosso solo” não poderiam ser abandonados pela “inércia”, mas deveriam ser redistribuídos como frutos do trabalho. Ora, como já havia sido demonstrado que a inércia dos brasileiros do sertão era “doença, e doença evitável e curável”, tornava-se imprescindível implementar a campanha de saneamento, o que seria “o primeiro elemento da defesa nacional: solo fecundado é solo defendido”. A importância da “cruzada” contra as “doenças da inércia” – o impudismo, a ancilostomíase, a doença de Chagas e a leishmaniose –, tornava “necessidade nacional”, a criação do Ministério da Saúde Pública, cuja direção deveria ficar em mãos de “um homem, sábio e enérgico, iluminado pelo fogo sagrado do seu sacerdócio”, enfim, “um técnico de valor”, capaz de assegurar que a execução de “tão vasto plano” permanecesse acima das “flutuações da política”.⁴⁹

Tal perspectiva revela a adesão de Miguel Couto a um projeto político centralizador, partilhado por um número expressivo de intelectuais – entre os quais Belisário Penna – que atribuíam a responsabilidade por grande parte dos “problemas nacionais” aos excessos perniciosos da autonomia dos Estados, sobretudo, no que se referia às questões relativas à saúde e à educação. Note-se, ainda, a presença de uma perspectiva ideológica que afirmava a dissociação entre a ciência e a política, bem como a estratégia de construção de hegemonia, expressa na qualificação de uma reivindicação que atenderia a possíveis interesses e demandas de certas frações das classes dominantes – por exemplo, as oligarquias excluídas ou que ocupavam lugar

secundário na chamada “política café com leite” – como “necessidade nacional”, ou seja, partilhada por todos os brasileiros.

Mas, como vimos, a saúde não se constituía a única preocupação de Miguel Couto. Entre os “assuntos correlatos com a medicina”, o que mais o ocupava, como médico, era a ignorância: “Considero-a não só como doença, senão a pior de todas, porque a todas conduz; e, quando se instala endemicamente, como na nossa terra, assoma as proporções de verdadeira calamidade pública”.⁵⁰ Assim como a saúde, a educação da população brasileira também era uma questão de defesa nacional:

... como se salvou o Japão quando lhe cobiçaram o território? Pela educação do povo. Como nos salvaremos nós? Com a cultura do povo, porque da cultura nasce a ambição, da ambição a atividade, da atividade a riqueza, da riqueza multiplicada a fortuna coletiva, e desta a confiança, a força, a durabilidade, a coesão.⁵¹

Se para o médico Miguel Couto, a ignorância representava o primeiro e o maior fator do atraso, da pobreza e da inferioridade do Brasil, Coelho Netto considerava o analfabetismo brasileiro como uma tragédia comparável à desencadeada pelo modelo de ocupação da terra adotado no período colonial, através das sesmarias e das capitanias hereditárias. Na crônica intitulada “Primeiras sementes”, de 7 de agosto de 1921, afirmava que a “tragédia da terra no passado repete-se presentemente na alma brasileira. Dantes eram os latifúndios; agora são as consciências, outrora a sesmaria, hoje o povo”.⁵² A falta de instrução representava, pois, um dos maiores obstáculos para a realização plena da República no Brasil, já que impedia a viabilização de qualquer “progresso social”. O acesso à educação seria, assim, o único meio para que o povo alcançasse a cidadania, tornando-se efetivamente livre e consciente de seus deveres e direitos. E caberia ao Estado proporcionar o mínimo de ferramentas necessárias para que o indivíduo pudesse buscar o aprimoramento de sua formação de acordo com suas necessidades, pois como entendia Condorcet, a instrução deveria “ser dada proporcionalmente ao estado de cada indivíduo para tanto quanto lhe baste para viver no seu meio sem o deslumbrar com seduções ilusórias”.⁵³ Desse modo, a cada grupo social corresponderia um nível de educação específico, que deveria ser assegurado pelo poder público. Ao ratificar a perspectiva do filósofo francês, Coelho Netto adotava a ideia de que o acesso à instrução não poderia ser visto como um meio de ascensão social dos indivíduos pertencentes às classes sociais subalternas – vista como “sedução ilusória”. O acesso à instrução/educação deveria, portanto, funcionar como elemento mantenedor da estrutura desigual e hierárquica da sociedade brasileira.

Na mesma crônica, o escritor elogiava, ainda, o exemplo dado por Washington Luiz, ao promulgar a lei n. 750 (8/12/1920), estabelecendo a obrigatoriedade do ensino primário e determinando outras medidas relativas à instrução: “São Paulo, pela mão de seu Presidente, acaba de espalhar as primeiras sementes de luz nas almas. Esse gesto salvaria o país, refaria a nacionalidade, dar-nos-ia um povo se o imitassem os demais governadores de Estados”.⁵⁴ Mas o escritor não acreditava nessa possibilidade, pois “o prestígio dos sátrapas é mantido a custa da ignorância do Povo e só a inconsciência dos analfabetos explica a resignação desses míseros que tudo sofrem e a tudo se sujeitam, curvados e sem protesto”.⁵⁵ Trata-se aqui de uma denúncia ao chamado clientelismo, característico das práticas políticas que foram objeto de inúmeras críticas e relacionado aos “excessos descentralizadores”, responsáveis pelas mazelas políticas da Primeira República brasileira.

Em “A formosa cruzada” (25/08/1921), Coelho Netto voltava a mencionar a referida lei ao exaltar a “mais bela” das idéias que surgiram no Programa Comemorativo do Centenário da Independência, “lançada em pregão patriótico, pelos professores do 2º distrito escolar” do município do Rio de Janeiro: “*Na data do Centenário nem um só menino que não saiba ler*”.⁵⁶ O principal obstáculo para que tal meta fosse alcançada, segundo o escritor, era a postura assumida por “pais ignorantes” que, através de uma “complacência lerda e criminoso”, deixavam que seus filhos fugissem da escola, impregnados pelo “preconceito obscuro de que as letras pervertem o espírito, desencaminham o pequeno do trabalho, pesam-lhe na inteligência como carga inútil”.⁵⁷

Num sentido bem próximo, Miguel Couto teria sido acusado pelo jornalista Cásper Líbero, diretor da *Gazeta de São Paulo*, de “estar incitando o Brasil à extinção do analfabetismo, promovendo assim o extermínio da agricultura, fonte primeira de sua riqueza”.⁵⁸ O médico argumentava que o êxodo rural era decorrente de uma série de fatores “inelutáveis e universais”. Mas um dos que poderiam ser combatidos era justamente o de que “nos nossos sertões, nunca entrou, de nenhuma forma e em dose nenhuma, a instrução e nas raríssimas escolas colocadas a léguas de intervalos, só é possível o ensino o mais elementar”. Tal situação acabaria por estimular aos pais, mesmo os que possuíam condições bem precárias, a enviar seus filhos para a cidade onde poderiam estudar em estabelecimentos de ensino “dignos de confiança”.⁵⁹ A obra de levar o ensino aos sertões brasileiros, que só poderia ser efetivada sob a responsabilidade da União, teria, portanto, como um de seus desdobramentos, justamente, a fixação dos trabalhadores no campo, garantindo os braços necessários à lavoura.

Por fim, diante de comentários provocativos do jornalista da *Gazeta de São Paulo*, Miguel Couto reafirmava sua disposição no sentido de, como representante do Estado do Rio de Janeiro, constituinte de 1933, defender a sua “antiga tese”:

Eu não aceitaria um instante o mandato, se não pudesse livremente propugnar a educação do povo - que ‘não há grande povo sem grande saber’, e o aperfeiçoamento da raça - que ‘o vigor da raça e o abatimento da raça representam os fatores mais importantes da grandeza e da decadência das nações’. Na nossa são os dois problemas fundamentais.⁶⁰

No discurso há uma clara dissociação entre educação e raça, tendo-se a impressão de que a primeira remete à esfera da cultura, enquanto a segunda ao âmbito da natureza ou da biologia. Para que o Brasil se colocasse “em pé de igualdade e ereto”, diante das nações mais *adiantadas* e *evoluídas*, não bastava ampliar o acesso à educação e à saúde a todos os segmentos da população, pois o “vigor da raça” dependia também de medidas de controle da miscigenação, de acordo com princípios eugênicos que longe estavam de poder ser qualificados como “leves”. Se, por um lado, como deputado constituinte, Miguel Couto obteve a aprovação do projeto que destinava 10% das rendas da União para a instrução popular, por outro, defendeu o fim da imigração dos “aborígenes nipões”,⁶¹ apesar da admiração que, como vimos, havia nutrido pelos japoneses por terem conseguido se impor diante de seus inimigos, através da disseminação da educação popular.

Desde a década de 1920, Miguel Couto já havia assumido uma postura bastante restritiva em relação à imigração, cobrando das autoridades públicas medidas coibidoras nesse sentido. Segundo o médico, “com a imensidade do seu território aberto e a fama das suas riquezas inesgotáveis”, o Brasil estaria, “fadado a ser neste século o cadinho da fusão das raças”,⁶² branca, amarela e negra:

De parte a questão sempre controversa das raças humanas, há certamente o Oriente e povos orientais, a África e homens africanos, a Europa e seus europeus, isto é, há de fato amarelos, pretos e brancos, entre os quais a principal diferença não reside na matiz da derme, senão da mente e na mentalidade, nos costumes, na religião, etc.⁶³

Observamos nessa passagem que Miguel Couto confere ao termo “raça”, um sentido mais próximo da noção de etnia, já que as diferenças entre os povos com pele de cores distintas, circunscrevia-se no âmbito das “mentalidades”, dos “costumes”, das “religiões”, ou seja, da cultura e não da biologia.

Por outro lado, o problema geral da imigração, subdividido em “múltiplos sub-problemas” que diziam respeito não apenas às “qualidades físicas e mentais” dos “emigrados”, mas também “à sua quantidade”,⁶⁴ se constituía, de acordo com a ótica do médico, uma questão fundamental da ciência, incluído entre “as cousas de alta biologia” que deveriam guiar a “esperança de fazer a Pátria mais forte, mais útil e mais bela”,⁶⁵ conforme as teses centrais da eugenia. Embora Miguel Couto considerasse, a competição no mercado de trabalho, entre os “naturais, com seus direitos adquiridos de nascença” e os adventícios “que os abandonaram na sua terra natal”, como um dos fatores negativos da imigração, o faz apenas “para não separá-los de outro, este sim, de alta biologia, de biologia étnica” e, portanto da alçada da Academia Nacional de Medicina, “– o problema da raça...”⁶⁶.

Diante das ameaças gravíssimas resultantes das possíveis interferências da imigração na política racial do país, era preciso não apenas reconhecer “a importância do problema imigratório, capaz, só ele, de frustrar por *contaminação* todas as conquistas obtidas pelo esforço e a ciência em prol da *raça* que habitará o nosso solo”,⁶⁷ mas, também, implementar medidas, através das quais, o país cuidasse de sua “seleção social”. Enquanto objeto da “alta biologia”, o enfrentamento do “problema imigratório” deveria envolver iniciativas no âmbito do campo científico, como, por exemplo, a realização de um Congresso Brasileiro de Eugenia, durante as comemorações do centenário daquela instituição.⁶⁸ Por outro lado, a questão deveria figurar como ponto central da agenda política do governo brasileiro que, entretanto, não havia concretizado qualquer ação nesse sentido:

Nem gestos nem palavras. Será que espera o momento para, como providente dona de casa, fazer a rigorosa seleção daqueles a quem concede recebidos na intimidade do lar? [...] Será que, [...] vai proclamar o princípio superior e evangélico da igualdade humana? Neste caso levará o seu apostolado ao ponto de consentir que os mais sôfregos, mais espertos, mais temidos e destemidos se apoderem dos lugares disponíveis e fechem a porta aos que depois vierem? Ou acolherá com justiça na sua retorta os filhos de Deus, proporcionalmente, numa formula bem dosada, seguida do ‘misture e mande’: tanto amarelos da China, [...] e do Japão, [...]; tanto de negros [...] e 13 milhões repudiados como indesejáveis na América? Que sairá deste caldeamento a banho maria? Algo de homogêneo e sólido e perdurável? Exaltação genial? Degenerescência?”⁶⁹.

Não por acaso, ao defender a criação de “uma alta repartição técnica, federal e permanente”, responsável pela “conservação do que possuímos e se possa chamar raça” e, sobretudo, pela “assimilação e distribuição das etnias”, Miguel Couto sugeria o nome de Oliveira Vianna para a direção desse “sub-ministério”.⁷⁰

Bem diferente foi a posição assumida por Coelho Netto em relação à imigração. Em “A nova raça” – um dos textos que compõem a coletânea *A Bico de Pena* – por exemplo, o escritor traça o perfil do fazendeiro de café decadente que, completamente endividado, perderia suas terras para a “nova geração”, composta por “homens, mulheres e crianças louros, como os temidos germanos de Tácito”.⁷¹ O Brasil vinha sendo transformado com a chegada de “grandes levas” de imigrantes que, fugindo da extrema precariedade das condições de vida em seus países de origem, buscavam

... ansiosamente a terra do sol e das flores onde não há invernos ... nem miséria que mate, onde sobram campos aos pastores e ainda existem regiões inteiramente virgens, nem trilhadas nem vistas por homens civilizados, onde só caminham hordas de bugres e feras fremem, o luar, em manadas sanguinárias.⁷²

A passagem reforça a imagem de um país da abundância, onde, contudo, não existiam “homens civilizados”, capazes de explorar o potencial de suas riquezas naturais. Assim, tal potencial acabaria sendo objeto da exploração dos “colonos” que, “... como já conhecem a miséria, trabalham ambiciosamente, acorçoados pela fertilidade”.⁷³

À ostentação e ao esbanjamento do fazendeiro – que, “habitado ao fausto, à vida pródiga, não soma as despesas” –, Coelho Netto contrapunha a sobriedade, a parcimônia e a dedicação ao trabalho do colono imigrante, o primeiro representando o latifúndio monocultor, o passado colonial e escravista, enquanto o segundo expressaria o caráter empreendedor, o futuro capitalista. Com a crise crescente do setor cafeeiro, o dinheiro do “cofre” do fazendeiro transferia-se para as “arcas dos colonos”, “até o dia em que ele se encontra sem vintém”, assediado pelos avaros trabalhadores que lhe sugaram a fortuna” e tornaram-se “pequenos proprietários”. A ruptura radical entre passado/atraso, escassez, miséria e futuro/progresso/abundância é apresentada, através do profundo contraste entre cores e sons que caracterizam as cenas representativas das duas temporalidades:

Os berços lá estão ao fundo das casas — são os novos homens. Onde, antigamente, chorava, em farrapos, o crioulinho nu, filho do escravo, vage agora o bambino rosado e louro, abençoado por este sol admirável. Vai-se a língua cruzando — vocábulos exóticos ressoam estranhamente em frases portuguesas, é a lenta invasão da palavra; já se não ouve o ressoo soturno dos tambores nagôs; agora é o estrepitar das castanholas, ou o sonoro adufar nas soalhas dos pandeiros napolitanos. Nos terreiros de congada dança-se a tarantela e as tradições brasileiras vão desaparecendo. Pouco a pouco uma nova raça surge e a humílima e dessorada geração, enfraquecida pela abastança desordenada, cede aos sadios o terreno, como os romanos da decadência cederam aos robustos bárbaros.⁷⁴

Parece-me possível apreender na narrativa de Coelho Netto que a desqualificação do latifundiário, descendente de portugueses – símbolo das classes dominantes da Colônia e do Império –, encontra-se pautada na ideia de que seus hábitos, valores, comportamentos *desordenados e irracionais*, provocaram a *degeneração*, não apenas, da raça, produzindo gerações *submissas e debilitadas*, mas também das próprias instituições sociais, comprometendo o futuro da nação. Por outro lado, a contraposição entre atraso/passado e progresso/futuro no mundo do trabalho é construída através do contraste entre a figura esfarrapada do “crioulinho nu, filho de escravo” e a do “bambino rosado e louro”, descendente do imigrante de origem europeia, diferenciados não por elementos culturais, mas, explicitamente, por atributos biológicos referidos, ainda que implicitamente, aos fundamentos do racismo científico da época.

À medida que os pais enriqueciam, os *bambinos rosados e louros* iriam adquirindo amor ao solo e, “começando por defenderem a casa”, terminariam “defendendo a fronteira”. Constituiriam a “raça que há de ficar”, a “nova gente” que, depois de “desaparecido o último decadente”, viveria “rija e formosa”, fazendo a Pátria “mais bela, mais graciosa e mais rica, pronta para todas as sementeiras”. Assim, os temores patrióticos suscitados pelo crescente vinda de imigrantes para o Brasil não seriam justificados, pois o “caldeamento” se faria “sem prejuízo da Pátria”. Observe-se que “caldeamento” aqui não se refere à miscigenação racial no sentido biológico, mas sim às misturas culturais, a exemplo da “doce língua portuguesa” que, segundo o autor, não pereceria, mas seria “enriquecida ... com expressões adventícias”.⁷⁵ Por outro lado, o sentido atribuído ao termo por Coelho Netto na passagem citada, parece não incluir as manifestações culturais de origem africana – tais como, os “tambores nagôs” e a “congada” – que, através da mistura com as tradições trazidas pelos imigrantes de origem europeia – o “estrepitar das castanholas”, o “adufar ... dos pandeiros napolitanos” e a “tarantela” –, deveriam desaparecer. A miscigenação é vista pelo escritor de forma positiva, à medida que, no plano cultural, promoveria o enriquecimento do legado dos colonizadores brancos, através das contribuições dos imigrantes europeus, e, além disso, favoreceria a substituição de músicas e danças afro descendentes, que compunham as “tradições brasileiras”, por manifestações consideradas *civilizadas*. No âmbito racial, em sua dimensão biológica, expressa pela cor da pele, a mistura favoreceria o branqueamento da população brasileira:

O que se está realizando ... é a lei da seleção e não uma conquista — os fortes hão de prevalecer e queira Deus que assim seja, para gloria da Terra e orgulho dos nossos

filhos. A raça desanimada que aí está, essa é que não pode subsistir. Homens que choram em presença do perigo não merecem as honras do triunfo. Venham os novos brasileiros, apareça e domine a gente nova e robusta.⁷⁶

Conforme pudemos perceber, embora dissonante do tom pessimista adotado por Miguel Couto no enfoque da questão da imigração, Coelho Netto partilhava do ideal de constituição de gerações fortes e vigorosas que assegurariam um futuro glorioso para o Brasil defendido pelo médico. Tal concepção é expressa pelo escritor não apenas ao tratar da imigração, mas também quando aborda, por exemplo, o tema do serviço militar. Assim, na crônica “Marcha heróica”, por exemplo, discordava da desqualificação da mocidade brasileira da época como “fraca e abatida” feita por alguns “Homens do Passado”, afirmando que os jovens participavam integralmente das manifestações da vida nacional. Não apenas atuavam na defesa de “nossas terras e nossos mares”, fazendo-se “presentes nas linhas de tiro” e “deixando seus lares pelos quartéis”, mas também se dedicavam, cada vez mais, à prática da ginástica e dos jogos atléticos, sem deixar de se preocuparem com a “cultura intelectual”.⁷⁷

Para Coelho Netto, a prática de esportes e o cumprimento dos preceitos da higiene, ainda sofriam muitas críticas e restrições, o que deveria ser revertido, através de esclarecimentos como os que vinham sendo difundidos em São Paulo, através da Sociedade Eugênica, fundada por Renato Kehl. Instituição que desempenhava papel fundamental no sentido de realizar “a obra filantrópica da regeneração do homem” e do “aperfeiçoamento da espécie”, através da realização de conferências e da publicação de boletins explicativos: “Pratiquemos a eugenia, tal como no-la ensinam os seus nobres propagandistas, e regressaremos à idade de ouro apolínea, idade da beleza e da força, mantendo o senhorio do mundo”.⁷⁸ Para o escritor, o ideal de beleza, associada à força física, a corpos musculosos e saudáveis, poderia ser alcançado, através da atuação de “núcleos de preparação eugênica”, como os clubes de natação e canoagem que prestavam grandes serviços à “Pátria”, reunindo

... solidária e disciplinadamente, os jovens que se dedicam ao esporte aquático, treinando-se em exercícios metódicos nos quais, não só educam o espírito..., como se retemperam energicamente revigorando-se no mar, onde adquirem saúde, força e beleza para orgulho e melhoramento da raça.⁷⁹

Certamente esses jovens que, aprimorando seus corpos e mentes através de atividades físicas acessíveis a muito poucos, faziam parte da “fina flor da mocidade” que integravam os “Tiros”. Organizados pela Liga de Defesa Nacional, esses eram compostos pelos “Atiradores” que

constituíam “a mocidade unida e forte, formando a segunda linha da defesa da Pátria ...; eram a demonstração de que, além da força dos quartéis, havia a força dos lares, onde cada cidadão era um soldado ...”.⁸⁰

Em uma crônica publicada em 27 de outubro de 1921, o escritor reclamava da extinção da maioria dos Tiros existentes na cidade do Rio, permanecendo como única forma de recrutamento para o serviço militar o sorteio, caracterizado como “uma loteria que, até hoje, só nos tem dado bilhetes brancos. Brancos, não, pretos e alguns até beneficiados pela Lei de 13 de maio. Os brancos, com raras e honrosas exceções, passam todos pelas malhas, como os camarões”.⁸¹ A crítica ao sorteio e a defesa da obrigatoriedade do serviço militar para todos os jovens brasileiros, partilhada por muitos intelectuais e políticos da época, possuía de fato um viés democrático, já que, como sugere Coelho Netto na passagem citada, o sorteio *peneirava* os filhos das famílias brancas, social e economicamente privilegiadas, que, assim, *escapavam* à *sorte* de serem escolhidos para servir à Pátria, ficando a *nobre missão* a cargo de uma minoria representativa daqueles segmentos sociais e de uma maioria proveniente das classes trabalhadoras mestiças e negras.

Parece-me, entretanto, que o lamento do escritor não se referia apenas ao caráter aleatório dos “sorteios”, mas dizia respeito também ao fato de que a medida retirava da maioria dos jovens com o perfil daqueles que constituíram originalmente os tiros de guerra, a responsabilidade de defender a pátria e representar o Brasil. É possível supor que tanto a “fina flor da mocidade” brasileira, quanto os *fortes, saudáveis e belos* jovens atletas do mar que contribuíam para “o orgulho e o melhoramento da raça” eram considerados “brancos” pelo cronista. Se assim for não é de se estranhar que na crônica, sugestivamente intitulada “Preito de gratidão”, de 7 de outubro de 1923, a contribuição da “raça negra” para o Brasil resumia-se, segundo o autor, ao “descobrimento das riquezas da nossa Terra”, fruto do trabalho do escravo, e à nutrição da “nossa nacionalidade” com o leite das mulheres escravas, “tirando-o da boca dos próprios filhos para alimentar de bom grado os filhos do senhor”. Assim, é impossível excluir a “mancha da Escravidão” da história do Brasil, pois ela está “presente em nosso sangue”.⁸² Na concepção do escritor, a herança afro-descendente, exclusivamente referida ao cativo, *mancharia* o sangue brasileiro para sempre. As mães escravas e seus filhos, embora tivessem alimentado a nacionalidade brasileira com seu leite/sangue, estavam dela excluídos, já que, na formulação narrativa de Coelho Netto, o fizeram como o “outro” diferindo-se, pois, do “nós”.

Através do exemplo de Coelho Netto, observamos as sutilezas que marcaram os discursos de grande parte da intelectualidade brasileira da Primeira República em relação à questão racial, revelando a complexidade das concepções sobre o tema então veiculadas na imprensa, na literatura, nas obras científicas, etc. Embora talvez menos sutil e mais inflexível, a postura de Miguel Couto também não se mostraria totalmente isenta de certas contradições. No discurso que pronunciou na sessão de 16 de fevereiro de 1934 na Assembléia Constituinte, por exemplo, o deputado opunha-se veementemente, como vimos, à vinda de imigrantes africanos e japoneses para o Brasil, afirmando, contudo, categoricamente não possuir “preconceitos” contra os estrangeiros, nem contra os “homens de cor”.

Porventura alguém, neste país, é branco puro? (...)

Ora, conhecida a fertilidade da raça negra, muito maior que a da branca, imaginem os Srs. Constituintes como está misturado o nosso sangue com o dessa raça. Por isso mesmo, podemos dizer que, se já prestamos um tão grande serviço à humanidade na mestiçagem do preto, é o bastante. Não nos peçam outras, tanto mais quanto ainda não completamos a primeira. A do amarelo, a outrem deve competir.⁸³

A miscigenação, reconhecida como característica irrefutável da sociedade brasileira, assume aqui claramente o sentido de branqueamento, cujo atributo *purificador* representaria um “grande serviço à humanidade”. Longe de promover a integração entre as diferenças, a mistura do “nosso sangue” – *branco e brasileiro* – promoveria a *depuração* “dessa raça”, *negra e estrangeira*. Reconhecendo as controvérsias em torno da definição do termo raça – que ainda não teria sido fixado pela própria ciência –, o deputado ressaltava a existência de diferenças entre “pretos, amarelos e brancos”: “classifiquem-nos como quiserem, mas são diferentes”.⁸⁴ Pelo que vimos em relação às concepções defendidas por Miguel Couto, podemos concluir que o sentido das diferenças entre as raças, seja qual for o seu significado, pressupõe a sua hierarquização em “inferiores” e “superiores”.

Através da breve análise aqui desenvolvida pudemos perceber muitas convergências entre as trajetórias intelectuais de Coelho Netto e de Miguel Couto. Ambos nasceram no momento em que começavam a se esboçar os sinais de desgaste da direção saquarema, consolidada a partir da vitória do projeto político conservador, com o advento do Segundo Reinado. Cresceram e se tornaram adultos em meio às inquietações que marcaram os anos 1870 e 1880, contaminados pelos diversos “ismos” que compunham o “bando de ideias novas” aos quais se referiu Sílvio Romero. Viveram ambos o processo de profundas transformações que levariam à abolição da escravidão e à implantação do regime republicano. Coelho Netto chegou mesmo a militar nos

movimentos republicano e abolicionista e foi um crítico contumaz da ditadura florianista, através das crônicas que publicou na coluna “Bilhetes Postais” do jornal carioca *O Paiz*, entre 1892 e 1893, assinada com o pseudônimo “N”. Em termos da especialização e da atuação profissionais, enquanto Miguel Couto consolidou sua profissionalização no campo científico, Coelho Netto concentraria sua atuação no âmbito da imprensa e da literatura, mas ambos tiveram um engajamento no magistério e privilegiaram a educação em suas reflexões sobre os grandes temas nacionais.

Mais do que o fato de terem vivido exatamente o mesmo período cronológico (de 1864/65 a 1934), as interseções entre vários aspectos de suas trajetórias biográficas – tais como, formação escolar, inserção em cursos superiores, exercício de cargos públicos, atuação em agências da sociedade civil, condição social, enquanto integrantes dos segmentos médios urbanos, entre outros – filiavam Coelho Netto e Miguel Couto a uma mesma geração.⁸⁵ As leituras que fizeram da realidade brasileira e as propostas de (re) construção da nação que formularam, revelam convergências, mas também divergências, e evidenciam sua participação em um diálogo bem mais amplo, que envolvia o conjunto do campo intelectual brasileiro das primeiras décadas republicanas. Alimentados por consensos e dissensos, construídos e reconstruídos na permanente dinâmica que os alimentavam, tais diálogos eram profundamente marcados por ambiguidades, tensões e contradições, cujos possíveis significados só podem ser apreendidos a partir dos lugares sociais e políticos de cada uma das vozes dos atores que dele participaram.

Tanto no discurso do médico, quanto no do escritor, a dissociação entre raça e cultura, esboçada pela incorporação das teses centrais do sanitarismo, parece ser muito mais retórica do que conceitual. Estudando os “modelos interpretativos da cultura e da identidade”, pautados na qualificação positiva da mestiçagem como marca da especificidade latino-americana, disseminados a partir dos anos 1920, Lourdes Martinez-Echazábal observa que, de um lado, a “idéia de raça biológica” permanece presente, “travestida em etnicidade ou em classe social”, e, de outro, há “uma *culturalização da raça* e uma *racialização da cultura*”.⁸⁶ Trata-se, ao meu ver, de parâmetros que informaram as apropriações das teses eugênicas por diversas vertentes, bastante representativas do pensamento social brasileiro das décadas de 1920 e 1930 – presentes nas formulações produzidas e disseminadas no âmbito das ligas que, então, proliferaram no Brasil. Conforme observamos, através dos exemplos de Miguel Couto e Coelho Netto, tais

apropriações, mesmo quando revelaram grande proximidade, apresentaram diferenças que não podem ser desprezadas.

As concepções eugênicas defendidas pelo primeiro encontram-se explicitamente fundadas na legitimidade das desigualdades raciais, sejam elas vistas como produtos da natureza ou da cultura. Em termos políticos, as posições assumidas pelo médico parecem cada vez mais afinadas com a corrente autoritária à qual vinham aderindo um número expressivo de intelectuais brasileiros, a partir das décadas de 1910 e 1920, entre os quais se destacava, justamente, Oliveira Vianna – a quem, como vimos, caberia a direção do sub ministério responsável pela questão racial, segundo a proposta de Miguel Couto. Por outro lado, o discurso do escritor, embora também fortemente imbuído de perspectivas racistas e ratificadoras das desigualdades sociais, revela hesitações e ambiguidades em sua dimensão explícita. Na narrativa de Coelho Netto, a questão do analfabetismo se encontra intimamente associada ao predomínio do latifúndio e da monocultura cafeeira, o que, certamente, implica em crítica às bases políticas da Primeira República. O discurso do escritor não parece, contudo, ultrapassar os limites de um liberalismo conservador, cujo alvo eram os “excessos descentralizadores”, implementados pela Constituição de 1891, que acabaram assegurando o predomínio dos fazendeiros paulistas no âmbito do poder federal. Quanto ao latifúndio, um dos males herdados do passado colonial e escravista, esse teria que ceder lugar às pequenas propriedades produtivas que, entretanto, deveriam ser cultivadas pelas mãos brancas, empreendedoras e parcimoniosas dos colonos de origem européia, que também contribuiriam decisivamente para o *branqueamento* da população brasileira – expresso não apenas no *clareamento* da pele, mas também na *civilização* das tradições culturais.

Segundo Nancy Stepan,

No caso da eugenia brasileira, a existência de uma eugenia tanto ‘suave’ como ‘dura’, dentro da tradição neolamarckiana, e a oposição que se desenvolveu entre os racistas neolamarckianos e os anti-racistas mendelianos (estes baseados em um racismo disfarçado) sugerem que a lógica inerente à ciência não determina seus significados e resultados sociais. Em vez disso, as ideologias científicas e sociais ligam-se de formas cultural e historicamente específicas que precisam ser contextualizadas.⁸⁷

Mesmo reconhecendo a complexidade das ressignificações conferidas aos referências da eugenia pelos intelectuais brasileiros, e a necessidade de contextualizá-las para que possam ser melhor compreendidas, a autora mantém sua interpretação norteadas por uma ótica binária e dicotômica. Espero ter evidenciado a fragilidade de tal perspectiva, através da análise das concepções eugênicas, expressas nos discursos de Miguel Couto e Coelho Netto, cujas semelhanças não

podem ser entendidas a partir de sua inserção numa vertente “dura” ou “leve” da eugenia. Por outro lado, as distinções entre as posições assumidas pelo médico e as defendidas pelo literato não podem ser resumidas à oposição “leve” *versus* “dura”. Assim como não me parece possível dissociar certas perspectivas racistas de Coelho Netto e, nem mesmo, a radicalidade do projeto eugênico proposto por Miguel Couto de referenciais fundamentais do sanitarismo. É preciso considerar, pois, a pluralidade e a dinâmica que caracterizaram o pensamento social brasileiro na formulação de leituras do país e de projetos para a construção de um Brasil capitalista *moderno e civilizado*.

Referências bibliográficas:

- BERTUCCI-MARTINS, Liane M. O ideal médico-pedagógico de construção da nação brasileira no início do século XX, trabalho apresentado na *X Jornada Interescuelas/Departamento de História*, Rosário (Argentina), 2005.
- BILAC, Olavo. *Últimas Conferências e Discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.
- _____. *A Defesa Nacional (Discursos)*. Rio de Janeiro: Edição da LDN, 1917.
- BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, v. 6, n. 11, p. 24-39, 1993.
- BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- CASTAÑEDA, Luzia A. Eugenia e casamento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v. 10, n. 3, p. 901-930, set/dez. 2003.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. Tradução de Maria Manuela Galhardo, 1990.
- COELHO NETTO, Henrique M. *Às Quintas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *Bazar*. Porto: Chardron, 1928.
- _____. *A bico de pena*. Fantasias, contos e perfis (1902-1903). Porto: Chardron, 1925 (3ª ed.)
- _____. *Fréchas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.
- _____. *Frutos do tempo*. Salvador: Livraria Catilina. 1919.
- COUTO, Miguel. *Seleção social, Campanha antinipônica*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942.
- _____. *Medicina e cultura*. Rio de Janeiro: O. Mano, 1937.
- _____. *No Brasil só ha um problema nacional: a educação do povo (discursos)*. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Commercio, 1933.
- _____. *A Medicina e a Cultura (discursos 1913-1931)*. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Commercio, 1932.
- COUTO, Miguel. *Seleção social*. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do commercio, 1930.
- DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- Estatuto de LDN, 23/09/1916. *Revista de Assuntos Militares*, Rio de Janeiro, n. 38, 1916.
- FOUCAULT, Michel e outros. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- _____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- KEHL, Renato. *Eugenia e Medicina Social (Problemas da vida)*. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1920.
- KROPF, Simone P. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v. 3, n. 1, p. 80-98, mar/jun. 1996.
- LIMA, Nísia T. e HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1977, T. III, Vol. 2.
- PACHECO, Felix. Pelo Brasil forte e são – a defesa da Pátria e a Bandeira. *Boletim mensal do Estado Maior do Exército*, Rio de Janeiro, v. XV-XVI, p. 237-241, 1918.
- RAMOS, Jair de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de *Raça e assimilação* em Oliveira Vianna”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v. 10, n. 2, p. 573-601, maio/ago, 2003.
- REIS, José Roberto F. De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v.7, n.1, p. 135-157, mar/jun, 2000.
- SANTOS, Ricardo V. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: *Os Sertões* e a medicina-antropologia do Museu Nacional. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v. V, suplemento, p. 237-253, jul. 1998.
- SANTOS, Ricardo Augusto dos. Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Eugenia, Saneamento e Educação. Uma leitura do Eugenismo de Renato Kehl (1917-41). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002 (5ª Ed), cap. 9, p. 131-137.
- SOUZA, Vanderlei S. de. *A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado em História), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.
- _____. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul | dez 2008.
- SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- _____. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004, p. 331-391.
- TEIXEIRA, Luiz Antonio. Da raça à doença em Casa-grande e senzala. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v.4, n. 2, p.231-243, jul/out. 1997.
- THIELEN, Eduardo Vilela e outros. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

¹ Uma primeira versão desse texto, com o título, “Entre a eugenia e o sanitarismo: os discursos da Liga de Defesa Nacional (Brasil, 1916-1933)” foi apresentada no 53º Congresso Internacional de Americanistas, “Los pueblos

americanos: cambios y continuidades. La construcción de lo propio en un mundo globalizado”, dentro del Simposio titulado “Eugenesia: intelectuales, instituciones y publicaciones”, realizado na cidade do México em julho de 2009.

² Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa intitulada “Sonhos de um Brasil letrado e saudável: os intelectuais em busca de um Povo (1915-1922)” – já concluída –, que contou com o apoio da FAPERJ e do CNPq. Participaram do projeto, os bolsistas de Iniciação Científica, Fernanda Souza, Juliane Soares de Sousa, Thiago Roza Ialdo Montilha, Daniele Diniz Rangel (PIBIC-CNPq), Bruna Vieira Gomes (FAPERJ) e as bolsistas de Incentivo à Graduação Daniela Vieira dos Santos e Sabrina Soares de Oliveira (FAPERJ).

³ FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo epistemológico. In: FOUCAULT, M. e outros. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971.

⁴ Penso aqui as ressignificações como apropriações que produzem novos sentidos, nos termos propostos por Roger Chartier (*A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. Tradução de Maria Manuela Galhardo, 1990). No que se refere à especificidade dos significados atribuídos pelos intelectuais brasileiros (e latino-americanos de um modo geral) às teorias científicas produzidas por estudiosos estrangeiros veja-se, por exemplo, o estudo fundamental de Lilia Schwarcz (*O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993).

⁵ O serviço militar obrigatório já era uma reivindicação de setores do Exército, expressa, por exemplo, nas páginas da revista *A Defesa Nacional*, criada em 1913 por um grupo de jovens oficiais.

⁶ BILAC, Olavo *apud* NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1977, T. III, Vol. 2, p. 262.

⁷ No discurso dirigido aos estudantes mineiros em 24 de setembro de 1916, Olavo Bilac afirmava que entre as “vontades” partilhadas pelos integrantes da LDN figurava o desejo de que “o exército seja o povo, e o povo seja o exército de modo que cada brasileiro se ufane do título de cidadão-soldado” (BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional (Discursos)*. Rio de Janeiro: Edição da LDN, 1917).

⁸ Vale mencionar a crônica de Lima Barreto, publicada na revista *Careta*, em 25/10/1919, onde as ações da Liga de Defesa Nacional são ridicularizadas pelo escritor. Vários jornais anarquistas, como por exemplo, *Na Barricada* e *O Debate* promoveram ampla campanha contra o serviço militar obrigatório. Apesar das críticas, a campanha resultou em algumas vitórias, como, por exemplo, a realização do primeiro sorteio militar em 1916 e, dois anos depois, os candidatos a empregos públicos passaram a ser obrigados a apresentar a carteira de reservistas.

⁹ A sessão inaugural foi realizada no Clube Militar, sob a presidência do Sr. Ennes de Souza e vice-presidência da Sra. Maria Santos, diretora da Escola Modelo José Bonifácio.

¹⁰ MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 108-109.

¹¹ Expressão cunhada por Jorge Nagle.

¹² KROPF, Simone P. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v. 3, n. 1, p. 80-98, mar/jun. 1996, p. 88-89; e, SANTOS, Ricardo V. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: *Os Sertões* e a medicina-antropologia do Museu Nacional. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v. V, suplemento, jul. 1998, p. 243.

¹³ BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 314.

¹⁴ KROPF, *op.cit.*, p. 94.

¹⁵ O “Jeca redimido” que “não é assim” (preguiçoso, improdutivo, etc.) – tal como foi descrito pelo escritor Monteiro Lobato no artigo “Velha Praga”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 12 de novembro de 1914 –, mas “está assim”, por causa das doenças que grassavam nas áreas rurais, apareceu pela primeira vez nos famosos artigos publicados por Monteiro Lobato no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1918 (reunidos no livro *O Problema Vital*), após ter tido contato com os registros de viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna.

¹⁶ LIMA, Nísia T. e HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

¹⁷ PENNA e NEIVA *apud* BERTUCCI-MARTINS, Liane M. O ideal médico-pedagógico de construção da nação brasileira no início do século XX, trabalho apresentado na *X Jornada Interescuelas/Departamento de História*, Rosário (Argentina), 2005.

¹⁸ BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, v. 6, n. 11, 1993, p. 27.

¹⁹ Esses artigos foram reunidos na primeira parte do livro intitulado *O Saneamento do Brasil*, de Belisário Penna, publicado em fins de 1917. A expedição que percorreu o norte da Bahia, o sudoeste de Pernambuco, o sul do Piauí e Goiás de norte a sul, entre março e outubro de 1912, foi uma das muitas realizadas por cientistas do Instituto Oswaldo Cruz na época e tem sido considerada, por alguns estudiosos, “a mais engajada, crítica e rica em observações de caráter sociológico” (THIELEN, Eduardo Vilela e outros. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991, p. 7). Os relatos escritos e a documentação fotográfica produzidos por Arthur Neiva e Belisário Penna foram publicados, originalmente, nas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* de 1916 (Vol. 8, n. 3).

²⁰ “Indolente não, doente”, *O Imparcial*, RJ, 20/06/1917.

²¹ REIS, José Roberto F. De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v.7, n.1, p. 135-157, mar/jun. 2000.

²² BILAC, Olavo. *Últimas Conferências e Discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924, p. 43.

²³ PACHECO, Felix. Pelo Brasil forte e são – a defesa da Pátria e a Bandeira. *Boletim mensal do Estado Maior do Exército*, Rio de Janeiro, v. XV-XVI, 1918, p. 239.

²⁴ BILAC, Olavo. *Últimas Conferências, op.cit.*, p. 43.

²⁵ LIMA, Nísia T. e HOCHMAN, Gilberto, *op. cit.*, p. 24-25.

²⁶ Entendo *sociedade civil* como uma das dimensões (ao lado da *base material* e da *sociedade política*) que, interrelacionadas entre si, constituem o Estado ampliado nos termos propostos por Antonio Gramsci (*Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (3ª ed).

²⁷ “Ignorância e doença. A propósito de uma palestra com um eminente educador”, *O Imparcial*, RJ, 17/01/1919.

²⁸ “Fundou-se ontem a Liga pró-saneamento do Brasil”, *O Imparcial*, RJ, 12/02/1918.

²⁹ Na ocasião foram escolhidos o Dr. Carlos Chagas como presidente e o Dr. Juliano Moreira como vice-presidente da instituição.

³⁰ “Fundou-se ontem a Liga Pró Saneamento do Brasil”, *O Imparcial*, RJ, 12/02/1918 (grifos meus).

³¹ Considerado fundador das teorias eugênicas, o fisiologista inglês Francis Galton produziu, a partir de inícios dos anos 1860, vários estudos sobre a hereditariedade, a partir de leituras próprias das teorias desenvolvidas por seu primo Darwin. Em 1889 publicou uma obra sobre a hereditariedade natural, onde, referindo-se pela primeira vez à eugenia, definia-a como a “... ciência do melhoramento do patrimônio hereditário que, de modo algum, se limita a uniões judiciosas, mas que, no que diz respeito ao homem, se preocupa em dar, numa certa medida, às linhagens mais adaptadas ou mais bem dotadas mais oportunidades em relação àquelas que o são menos”(GALTON *apud* DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 195).

³² KEHL, Renato. *Eugenia e Medicina Social (Problemas da vida)*. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1920, p. V.

³³ SCHWARCZ, Lilian, *op.cit.*; STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005; IDEM. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004, p. 331-391.

³⁴ Veja-se, por exemplo, a perspectiva defendida por Vanderlei Souza (SOUZA, Vanderlei S. de. *A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado em História), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006; IDEM, Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul/dez 2008).

³⁵ CASTAÑEDA, Luzia A. Eugenia e casamento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v. 10, n. 3, set/dez. 2003, p. 924.

³⁶ TEIXEIRA, Luiz Antonio. Da raça à doença em Casa-grande e senzala. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v.4, n. 2, jul/out. 1997, p. 241.

³⁷ CASTAÑEDA, Luzia A., *op.cit.*, p. 906.

³⁸ REIS, *op.cit.*, p. 140.

³⁹ *Ibidem*, p. 151.

⁴⁰ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 1987.

⁴¹ Embora intelectuais socialistas, comunistas e até anarquistas – como é o caso, por exemplo, de Maria Lacerda de Moura que atuou na Liga Contra o Analfabetismo – não estivessem totalmente ausentes das associações aqui estudadas, essas eram predominantemente compostas por representantes das diversas frações das classes dominantes.

⁴² Coelho Netto nasceu em 1864, na cidade de Caxias, no Maranhão e Miguel Couto, no ano seguinte na cidade do Rio, onde ambos faleceram em 1934.

⁴³ Frequentou as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, onde sofreu perseguições em função do seu engajamento nos movimentos abolicionista e republicano, terminando por abandonar o curso.

⁴⁴ A Academia Brasileira de Letras foi fundada em 1897, sob a presidência de Machado de Assis. Entre os quarenta membros fundadores, além de Coelho Netto, figuravam, por exemplo, Rui Barbosa, Olavo Bilac, Sílvio Romero e os irmãos Aluísio Azevedo e Artur Azevedo.

⁴⁵ De acordo com muitos críticos sua melhor fase de escritor situou-se entre 1893, com a publicação de *A Capital Federal*, e 1914, quando publicou o romance *Rei Negro*. Neste período sua narrativa teria sido profundamente marcada por uma perspectiva realista, inspirada em Flaubert, Maupassant e Eça de Queiroz. A partir de meados dos anos 1910, rompendo com tal vertente, seus escritos passariam a revelar um excessivo preciosismo verbal e uma concepção ornamental da palavra literária.

⁴⁶ Publicadas originalmente em jornais e periódicos importantes – tais como *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias*, *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *A Política*, *Revista do Brasil*, *A Noite*, *Athletica*, *Jornal do Commercio*, *Revista da Semana*, *Jornal do Brasil*, *Fon!Fon!* – suas crônicas foram reunidas em várias coletâneas: *O meio* (1889); *Bilhetes postais* (1894); *Lanterna mágica* (1898); *Por montes e vales* (1899); *Versas* (1917); *A política* (1919); *Atlética* (1920); *Frutos do tempo* (1920); *O meu dia* (1922); *Frechas* (1923); *Às quintas* (1924); *Feira livre* (1926); *Bazar* (1928).

⁴⁷ Em colaboração com Olavo Bilac publicou *Contos pátrios*, em 1904, e *A Pátria Brasileira*, em 1909.

⁴⁸ COUTO, Miguel. *No Brasil só ha um problema nacional: a educação do povo* (discursos). Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Commercio, 1933, p. 5-26.

⁴⁹ IDEM. *A Medicina e a Cultura (discursos 1913-1931)*. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Commercio, 1932.

⁵⁰ IDEM. *No Brasil só ha um problema nacional, op.cit.*, p. 9.

⁵¹ IBIDEM, p. 10.

⁵² COELHO NETTO. *Fréchas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923, p. 18.

⁵³ IBIDEM, p. 19

⁵⁴ IBIDEM, p. 22. Coelho Netto refere-se a essa lei em outra crônica, publicada na mesma coletânea, intitulada “Cultura d’almas” (4/09/1921), onde afirmava que a medida abriu melhores perspectivas para o futuro da nação e das próximas gerações, transformando os homens em seres livres em seu sentido pleno, não sendo mais conduzidos, mas sendo capazes de conduzir (IBIDEM, p. 23-30).

⁵⁵ IBIDEM, p. 22.

⁵⁶ IDEM. *Às Quintas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 74. Vale lembrar que esse era o objetivo da campanha lançada pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, divulgada na imprensa carioca, a partir de fins de 1915.

⁵⁷ IBIDEM, p. 75.

⁵⁸ COUTO, Miguel. *No Brasil só ha um problema nacional, op.cit.*, p. 97.

⁵⁹ IBIDEM, p. 100-101.

⁶⁰ IBIDEM, p. 103.

⁶¹ COUTO, Miguel. *Seleção social: campanha antinipônica*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942, p. 27.

⁶² IDEM. *Seleção social: campanha ..., op.cit.*, p. 13.

⁶³ IDEM. *Seleção social*. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do commercio, 1930, p. 13.

⁶⁴ 1937 p. 97

⁶⁵ IDEM. *Seleção social: campanha ..., op.cit.*, p.14.

⁶⁶ IDEM. *Medicina e cultura*. Rio de Janeiro: O. Mano 1937, p. 97 e 98, respectivamente.

⁶⁷ IBIDEM, p. 94 (grifos meus).

⁶⁸ IBIDEM, p. 94. Sugestão que foi de fato acatada, tendo sido o referido evento científico realizado, como já foi mencionado, na capital republicana, entre os dias 30 de junho e 7 de julho de 1929, nas instalações da Faculdade Nacional de Medicina e do Instituto dos Advogados do Brasil.

⁶⁹ IDEM. *Seleção social: campanha ..., op.cit.*, p. 13 e 14. Miguel Couto manifestou-se, claramente, várias vezes, contra a imigração de asiáticos para o Brasil: “... já houve um grande Estado brasileiro que cometeu o supremo crime de introduzir no seu território milhares de asiáticos, absolutamente e reconhecidamente inassimiláveis pelos seus hábitos, suas tendências, sua língua, sua religião, e que hão de se tornar em futuro próximo a fonte dos maiores dissabores” (IDEM. *Medicina e cultura, op.cit.*, p. 82).

⁷⁰ IDEM. *Medicina e cultura, op.cit.*, p. 101.

⁷¹ COELHO NETTO. *A bico de pena. Fantasias, contos e perfis (1902-1903)*. Porto: Chardron, 1925 (3ª ed.), p. 112. A obra foi publicada originalmente em 1904.

⁷² IBIDEM, p. 113-114.

⁷³ IBIDEM, p. 114.

⁷⁴ IBIDEM, p. 114-115.

⁷⁵ IBIDEM, p. 115.

⁷⁶ IBIDEM, p. 116.

⁷⁷ IDEM. *Fréchas, op.cit.*, p.239-240.

⁷⁸ IDEM. *Frutos do tempo*. Salvador: Livraria Catilina. 1919, p. 154.

⁷⁹ IDEM. Angustioso apelo. In: *Às quintas, op.cit.*, p. 261-262. A crônica é de 11 de janeiro de 1923.

⁸⁰ IBIDEM, p. 102-103.

⁸¹ IBIDEM, p. 104.

⁸² IDEM. Preito de gratidão. In: *Bazar*. Porto: Chardron, 1928.

⁸³ COUTO, Miguel. *Seleção social. Campanha antinipônica, op.cit.*, p. 48-49.

⁸⁴ IBIDEM, p. 49-50. Sobre os diversos significados de “raça” no pensamento social do período veja-se, por exemplo, as análises de Lilia Schwarcz (*op.cit.*) e de Jair de Souza Ramos (Ciência e racismo: uma leitura crítica de *Raça e assimilação em Oliveira Vianna*). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, v. 10, n. 2, p. 573-601, maio/ago. 2003).

⁸⁵ Sobre os limites e a pertinência do conceito de geração, veja-se SIRINELLI, Jean-François. A Geração in: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002 (5ª Ed), cap. 9, p. 131-137.

⁸⁶ MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes, *op.cit.*, p. 112.

⁸⁷ STEPAN, Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004, p.381.